



Anais da Assembléia

Nº 160

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 15 DE DEZEMBRO DE 1980

ANO VI

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 158.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 1.980

(CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pels Srs. Deputados João Elísio e Renato Bernardi.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Lineu Turra, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes, Nestor Baptista e Nilso Sguarezi. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob os n.ºs 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322 e 323/80, do Sr. Governador do Estado comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei, sob os seguintes números:

143/80 Do PODER EXECUTIVO, que visa a majoração dos vencimentos dos servidores civis e militares do Estado para vigorar a partir de 1.º de janeiro de 1.981, o qual convertido em Lei tomou o número 7.398. Anote-se. Arquite-se.

10/80 Do PODER EXECUTIVO, que autoriza o Poder Executivo alienar, através do INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO DO PARANÁ, o imóvel Gleba 2-4.ª Parte da Colônia São Jerônimo aos seus legítimos ocupantes, o qual convertido em Lei tomou o número 7.399. Anote-se. Arquite-se.

133/80 Do Senhor Deputado DAVID CHERIEGATE,

que declara de utilidade pública o CENTRO SOCIAL NÓSA SENHORA APARECIDA com sede e foro no Município de CASCAVEL, o qual convertido em Lei tomou o número 7.400. Anote-se. Arquite-se.

84/80 Do Senhor Deputado FABIANO BRAGA CÔRTE, que declara de utilidade pública a CASA DO PROFESSOR PRIMÁRIO DO PARANÁ, com sede e foro na cidade de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o número 7.401. Anote-se. Arquite-se.

22/80 Do Senhor Deputado EGON PUDELL, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS CABOS E SOLDADOS DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ, o qual convertido em Lei tomou o número 7.402. Anote-se. Arquite-se.

76/80 Do Senhor Deputado ANTÔNIO FACCI, que declara de utilidade pública o CENTRO CULTURAL E SOCIAL SÃO FRANCISCO XAVIER, com sede e foro na cidade de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o número 7.403. Anote-se. Arquite-se.

83/80 Do Senhor Deputado ROSÁRIO PITELLI, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, com sede e foro na cidade de Jataizinho, o qual convertido em Lei tomou o número 7.404. Anote-se. Arquite-se.

87/80 Do Senhor Deputado AGUINALDO PEREIRA LIMA, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA CONSELHEIRO CARÃO, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 7.405. Anote-se. Arquite-se.

129/80 Do Senhor Deputado FABIANO BRAGA CÔRTE, que declara de utilidade pública a FRUTIPAR — ASSOCIAÇÃO DOS FRUTICULTORES DO ESTADO DO PARANÁ, o qual convertido em Lei tomou o número 7.406. Anote-se. Arquite-se.

120/80 Do Senhor Deputado BASÍLIO ZANUSO, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE UNIFLOR, com sede e foro no Município do mesmo nome, o qual convertido em Lei tomou o número 7.407. Anote-se. Arquite-se.

48/80 Do Senhor Deputado CYRO MARTINS, que denomina de Professor VALDEVINO LOPES, a Unidade Escolar do 1.º Grau, implantada no Conjunto Residencial de Santa Paula, no Município de Ponta Grossa, o qual convertido em Lei tomou o número 7.408. Anote-se. Arquite-se.

45/80 Do Senhor Deputado CYRO MARTINS, que denomina de Professor ARISTEU COSTA PINTO, a Unidade Escolar implantada no Conjunto Residencial Monteiro Lobato, no Município de Ponta Grossa, o qual convertido em Lei tomou o número 7.409. Anote-se. Arquite-se.

124/80 Do Senhor Deputado JOSÉ DOMINGOS TEIXEIRA, que institue o DIA PARANAENSE DE COMBATE AO FUMO, a ser comemorado anualmente no dia 29 de

agosto, o qual convertido em Lei tomou o número 7.410. Anote-se. Arquite-se.

102/80 Do Senhor Deputado ERONDY SILVÉRIO, que autoriza o Poder Executivo doar, ao Município de UNIÃO DA VITÓRIA o lote de terreno urbano conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o número 7.411. Anote-se. Arquite-se.

86/80 Do Senhor Deputado PINTO DIAS, que autoriza o Poder Executivo a denominar ARNALDO FAIVRO BUSATO, o Posto Estadual de Saúde da cidade de Paranaíba, o qual convertido em Lei tomou o número 7.412. Anote-se. Arquite-se.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER seja endereçado aos Excelentíssimos Srs. Secretário da Segurança Pública e Prefeito de Curitiba, apelo no sentido de que os inspetores de trânsito permitam o estacionamento de motocicletas entre os automóveis acostados nas vias públicas, bem como sobre a extremidade dos passeios, em todo o perímetro urbano.

Referido apelo se formula tendo em vista a carência de locais próprios para o estacionamento de motocicletas, nos principais pontos da cidade, sobretudo em função do estímulo que vem recebendo, de parte das autoridades, a utilização desses econômicos veículos de transporte.

Requer, ainda, que o ilustre Prefeito da Capital determine a realização de estudos para a implantação de uma ampla rede de locais privativos ao estacionamento de motocicletas, na linha dos projetos tendentes a poupar combustível.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1.980

a) Mário Celso.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de aplauso pela passagem do 28.º aniversário do Município de Alvorada do Sul.

Outrossim, requer que do presente seja dado ciência ao Sr. Presidente da Câmara e Vereadores, bem como ao Sr. Prefeito Municipal.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1.980

a) José Tavares.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja consignado em ata voto de congratulações, pelo lançamento do compacto duplo "Sinfonia Paraná", do cantor Natinho.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1.980

a) Gabriel Sampaio.

JUSTIFICATIVA:

Embora baiano de nascimento, Natinho é paranaense de coração e tem demonstrado durante todo seu trabalho a necessidade de se divulgar o nosso Estado. A composição "Sinfonia Paraná" fala a respeito das belezas do Paraná e deve ser motivo de júbilo para todos nós.

Da decisão do Plenário, solicito que seja dado ciência a Discos Continental — Gravações Elétricas S.A., sito à Avenida dos Estados, 4.667 — São Paulo. Ao mesmo tempo, reivindico o envio de ofício ao Sindicato dos Radialistas (Rua

Voluntários da Pátria, 1.604) ressaltando a necessidade da execução do disco.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, ouvido o Plenário, seja consignada na ata dos trabalhos legislativos do dia de hoje, um voto de aplausos aos integrantes da chapa "Família Moniquense", vencedora das eleições democráticas, realizadas no Santa Mônica Clube de Campo.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1.980

a) Mário Celso.

JUSTIFICATIVA:

Reunindo milhares de associados em seu quadro social, o Santa Mônica Clube de Campo representa hoje uma grande e atuante parcela de nossa sociedade. Um clube que cresceu dentro de uma estrutura sólida, compatível com o sonho de seu quadro social.

A chapa "Família Moniquense", liderada por Ivo Arzua Pereira e Alberto Garcez, está assim constituída:

Presidente: Ivo Arzua Pereira/ Vice-Presidente: Alberto Garcez Duarte Filho/ 1.º Dir. Secretário: Osni Pelissari de Quadros/ 2.º Dir. Secretário: Javert Falco Filho/ 1.º Dir. Financeiro: Samey Tacila/ 2.º Dir. Financeiro: Dante Luiz Manzochi/ Diretor Social: Omar Rachid Fatuch/ Diretor de Esportes: Pantaleão Muniz da Silva/ Diretor de Protocolo: Norberto Trevisan Bueno/ Diretor de Engenharia: José Joaquim Correa da Silva/ Diretor de Rel. Públicas: Julio Cesar Michelato/ Diretor Cultural: Krisafina Athanasio/ Diretor Administrativo: Carlos Rubens Bodaczny/ Diretor Jurídico: Walter Borges Carneiro/ Diretor de Ecologia: Ayrton Zanon/ Diretor de Segurança: Sérgio Manoel Mastek Ramos / Diretor de Serviços: Itaci Cardoso e Diretor de Planejamento: Walter Otaviano da Costa Ferreira.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que adiante subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER à Mesa, ouvida a Casa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, contendo apelo para que sancione a emenda aprovada pela Câmara Municipal de Curitiba que mantém em 2% a alíquota do Imposto Sobre Serviços incidente sobre Propaganda.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1.980

a) Erondy Silvério.

JUSTIFICATIVA:

Há vários anos é de 2% a incidência do Imposto Sobre Serviços pago pelas agências de publicidade. Em mensagem à Câmara Municipal, dispondo sobre matéria tributária, foi proposta elevação para 5%.

Ocorre que na maioria dos estados brasileiros, inclusive São Paulo e Rio de Janeiro, onde os negócios publicitários são de alta rentabilidade, por daí se originarem as grandes verbas de produtos de consumo nacional, essa alíquota é de 2%.

O mercado publicitário paranaense, que ainda se encontra em formação, vem sofrendo mais do que qualquer outro as consequências da crise financeira que sacrifica a comunidade de anunciantes. Com elevações de custos constantes e restrição das verbas de seus clientes, atravessam as agências difícil contingência, não devendo ser sacrificada com novos ônus tributários.

Daí a validade de manter-se em mesmo percentual o imposto Sobre Serviços, lembrando, ademais, que qualquer encarecimento no custo da propaganda certamente incidirá

também sobre o consumidor final.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER o envio de expedientes contendo votos de congratulações aos Excelentíssimos Srs. Doutor PEDRO RIBEIRO TAVARES e Doutor WAGNER DRDIA GIGLIO, pela posse nos cargos de Presidente e Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho — TRT 9.^a Região/PR/SC, com os votos de uma feliz gestão, e que a passagem dos Meretíssimos Juízes sejam coroadas de grande sucesso.

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expedientes às autoridades acima mencionadas, contendo votos de congratulações, pela posse dos mesmos nos cargos de Presidente e Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho — TRT 9.^a Região/PR/SC.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1.980

a) Lázaro Dumont.

JUSTIFICATIVA:

O trabalho desempenhado pelos ilustres Juízes naquele Tribunal, e que levaram seus Nobres a depositarem neles as suas confianças, já justificam a nossa solidariedade, e o nosso voto de congratulação, com o desejo de uma feliz gestão, para que o trabalho que aquele Tribunal vem realizando tenha a sua continuidade, e no nosso entender, o Presidente que ora acaba de ser empossado, possui todos os requisitos para dar continuidade a esse trabalho.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER o envio de expediente aos Excelentíssimos Srs. General NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, Governador do Estado, Coronel HAROLDO FERREIRA DIAS, Secretário da Segurança Pública, Coronel MANOEL ABREU DE MORAES Comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná, e ao Coronel GUIDO SEIFER, Comandante do Policiamento da Capital, conforme o exposto abaixo:

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expedientes às autoridades acima mencionadas, no sentido de sensibilizá-los para que seja implantado um Posto Policial no Conjunto Residencial SANTA EFIGÊNIA, e que o mesmo seja localizado no local ao lado da Praça existente naquele Núcleo Residencial, conforme sinalizado na planta em anexo.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1.980

a) Lázaro Dumont.

JUSTIFICATIVA:

Desde o início, quando ainda se cogitava pela Polícia Militar do Estado do Paraná, a implantação de Postos Policiais nos Bairros da Capital, a Associação de Moradores de Santa Efigênia — AMOSE, vem reivindicando a implantação naquele Conjunto Residencial de um Posto Policial, sem contudo verem atendidas as suas reivindicações, motivo pelo qual a Diretoria daquela entidade nos fez a solicitação para que tentássemos junto às autoridades competentes a reivindicação que é um objetivo de toda a população daquele Conjunto Residencial, e adjacências, que conta com mais de 30 (trinta) mil habitantes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Ministro da Justiça Ibrahim Abi-Ackel, solicitando a liberação da música "A moda das línguas", do cantor-compositor Natinho.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1.980

a) Gabriel Sampaio.

JUSTIFICATIVA:

Num período de abertura democrática que atravessamos, não se justifica o impedimento da execução de uma música em função de algumas alusões a palavras estrangeiras. Afinal, as revistas e os filmes em cartaz nos cinemas atentam muito mais contra o pudor do que uma simples composição, como o caso de "A moda das línguas".

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, atendendo as formalidades regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Haroldo Ferreira Dias, DD. Titular da Secretaria de Segurança Pública, solicitando ao mesmo informações sobre quais as medidas adotadas pelo órgão em relação aos crimes, roubo de veículos e os recentes assassinatos ocorridos naquele Município, bem como solicitar que a Secretaria envie todos os esforços no sentido de proporcionar àquela população a segurança e a tranquilidade para o bem da coletividade ameaçada e desrespeitada nos últimos quarenta dias.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1.980

a) Gernote Kirinus.

JUSTIFICATIVA:

O império do crime vem abalando a população pacata e ordeira de Nova Aurora há mais de quarenta dias com aumento sensível de roubo de automóveis. De algumas semanas para cá, além do roubo de veículos, iniciou-se uma série de assassinatos, tal qual o amplamente divulgado pela imprensa regional, quando dois elementos foram fuzilados no interior de um veículo roubado.

O próprio Delegado Chefe da 15.^a SDP de Cascavel acha que o crime tenha relação com uma espécie de "guerra" entre quadrilheiros-ladrões de automóveis.

Daí para frente outros assassinatos sacudiram a opinião pública de Nova Aurora, além de um crime ainda tido como suicídio, de um elemento tido como envolvido com a suposta quadrilha de marginais.

A Polícia de Foz do Iguaçu, segundo amplo noticiário na imprensa, desarticulou uma poderosa quadrilha de ladrões de automóveis, e pelo que se sabe, são ou seriam, os remanescentes desta quadrilha, os promotores dos furtos de veículos e assassinatos ocorridos recentemente em Nova Aurora.

A quadrilha já eliminou dois de seus ex-integrantes, provocou o suicídio de um terceiro, e pior que isto, o assassinato semana próxima passada de um agricultor, vítima da irresponsabilidade e sangue frio dos elementos ligados a quadrilha cujo responsável seria um tal de João da Copel.

Segundo comentários gerais na região, o tido e havido como cabeça da quadrilha desarticulada pela polícia em Foz do Iguaçu, é o João da Copel, e este ainda na semana passada circulava livremente pelas ruas de Cascavel.

Enquanto isso o pânico, a intranquilidade e o clima de insegurança tomam conta da população interiorana, sem que a polícia tenha até o momento tomado medidas mais energéticas para prevenir o mal, já que os nomes dos implicados ou pelo menos apontados como responsáveis pelo que vem ocorrendo naquele município, vem sendo divulgado amplamente

pela imprensa.

E aqui nos cabe a formalização deste requerimento com a seguinte pergunta: Quais os resultados das anunciadas "Operação Jagunço" e "Operação Pente Fino", que teriam sido realizadas naquela região? Onde estão os responsáveis pela manutenção da segurança e tranquilidade do povo? Ou será que os aparatos policiais somente entram em ação para intimidar pacatos suinocultores quando estes reivindicam por seus direitos pacificamente? Ou para proteger o Palácio Iguaçu e autoridades, quando professores entram em greve em sinal de protesto e marcham para aquele local em busca de diálogo, ou essas quadrilhas têm mais força e elementos preparados taticamente que a própria polícia, ou contam com "forças ocultas" para continuar agindo criminosa mas livremente como vem ocorrendo, mesmo depois da tão anunciada e propalada "Operação Pente Fino"?????

Enquanto os marginais agem livremente, a DP de Nova Aurora conta apenas com um delegado, um escrivão e um agente policial. São estes elementos que terão de dar fim a quadrilha e seus quadriheiros, mesmo as autoridades policiais sabendo que se trata de elementos altamente perigosos e fortemente armados????

Entendo que cabe à Secretaria da Segurança Pública a tomada de medidas e em caráter de urgência, para colocar um fim à prática de crimes e roubo de automóveis, bem como desta maneira, contribuir para que a tranquilidade volte a reinar no tão conturbado município, a começar por problemas de terra.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não poderemos deixar de registrar a nossa preocupação com o que ocorre no Município de Nova Aurora.

Nova Aurora vem sendo discutida pela ação de marginais, pistoleiros e ladrões de automóveis e nos perguntamos quanto à atuação da polícia. O alto índice de criminalidade, e a falta de medidas de segurança por parte das autoridades competentes do setor, aumentam e geram o pavor naquele município.

E, nesta ocasião, encaminho à Mesa da Casa, requerimento solicitando o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Segurança Pública para que Sua Excelência informe quais as medidas adotadas com relação aos fatos que vêm ocorrendo naquele município, bem como a tomada de medidas urgentes no sentido de fazer com que a tranquilidade, a segurança, voltem a reinar naquela localidade.

Há mais de 40 dias, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Município de Nova Aurora vem sendo sacudido por crimes e assassinatos, roubos de veículos. E o acerto de contas entre membros de uma suposta quadrilha desarticulada pela polícia de Foz do Iguaçu, vem gerando verdadeiros atos de terror.

De lá para cá, três assassinatos já ocorreram e um homicídio em circunstâncias ainda não apuradas devidamente.

Na semana passada, um agricultor foi assassinado friamente com 5 disparos de grosso calibre, na porta de sua residência. E, segundo testemunhas, a vítima, na ocasião, dirigia-se à garagem de sua residência quando, possivelmente, os ladrões foram pegos de surpresa e, estes, para não serem identificados, apelaram para o crime.

Pior que isso, é a calma com que o setor competente vem encarando os problemas gravíssimos, pois a própria polícia declara ser um possível acerto de contas entre elementos de uma quadrilha desarticulada.

Mas, enquanto isso, a Delegacia de Polícia de Nova Aurora conta apenas com um agente policial e um delegado. Um escrivão e um policial, portanto.

É realmente surpreendente ver que, para tamanho problema existente em todo o Oeste do Paraná, as Delegacias de Polícia não contam com o devido aparelhamento e o devido pessoal para enfrentar esse problema. São três elementos para darem cabo a perigosos assassinos, pistoleiros e ladrões de automóveis. Aliás, estes chegam a trocar tiros na própria sede do município, sem temer sequer a ação policial.

Diante desse clima de insegurança, solicitamos, em nosso requerimento, que a Secretaria da Segurança do Estado tome as medidas cabíveis em caráter de urgência.

E aqui lembramos as tão anunciadas operações anunciadas pela Polícia, naquela região, como o caso da "operação pente fino", ou a "operação jagunço". Ficou muita gente do lado de fora para agir como vem agindo, livremente.

Qual foi, afinal, o resultado de todas essas operações, é a nossa pergunta.

E para encerrar, Sr. Presidente, lembro apenas que, para reprimir pacatos agricultores, num movimento justo, reclamando justiça, aparecem batalhões inteiros da Polícia para reprimí-los.

Agora, para tratar da segurança desse mesmo povo, apenas um policial se encontra numa sede de um município de tão alta periculosidade, como é aquele.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Celso, segundo orador inscrito.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"De repente, traumatizada pelas comoventes imagens mostradas pela televisão, a sociedade descobre o problema dos paraplégicos. Dois milhões de brasileiros que, sem poderem andar, vivem em cadeiras de rodas.

Foi preciso que esta poderosa arma de sacudir consciências se mexesse, para que, afinal, as pessoas se dessem conta da atual situação desses nossos irmãos.

É sempre assim. Estamos sempre longe do próximo. Preocupados muitas vezes com lutas ideológicas, com teóricos conflitos de classe, com absurdas discriminações políticas. Os líderes se esquecem da dura realidade.

A realidade dos asilos dos loucos. Dos cancerosos, dos leprosos. Dos marginais da vida, dos velhos abandonados, dos menores abandonados. Das crianças que nascem totalmente deformadas. Dos cegos, dos surdos. E dos paraplégicos ...

Esses que por causa das imprudências e das loucuras do trânsito, somam hoje milhões. Mais de setenta por cento dos que vivem em cadeiras de rodas são vítimas de desastres. De acidentes. Não nasceram assim. Ficaram assim de repente. Conheço muitos deles. Convivo com alguns deles. Sei muito bem o que se passa com eles. Roberto, o presidente da Associação dos Paraplégicos é meu amigo. Sei muito bem de sua luta.

Conheço, como disse, suas lutas, suas decepções, suas dores, suas dificuldades.

Hoje, a Associação criada ajuda muito o paraplégico, criando atividades esportivas e promovendo concursos. Isso ajuda muito, mas faltam recursos para o sucesso total.

Um jogo de basquete, em cadeiras de rodas, é sensacional, emocionante mesmo. Existem até os campeões de Sky com uma perna só. E alguns deles fazendo exibições com uma só perna ... e mecânica. É fabuloso, fantástico.

Esta gente só precisa de um apoio inicial, pois eles não querem esmola, eles querem o que têm direito.

Eles sonham com uma indústria de CADEIRAS DE RODAS e MATERIAL ORTOPÉDICO, onde os operários especia-

lizados sejam os próprios paraplégicos. O Governo poderá entrar com o terreno, a sociedade com auxílios financeiros. Os políticos acionando suas verbas assistenciais. O sonho poderá ser uma realidade.

Está chegando o ANO INTERNACIONAL DO DEFICIENTE FÍSICO. Vamos aproveitar para correr fileiras nesta corrente para frente, pois do contrário tudo ficará nas palavras, as calçadas continuarão altas, os teatros continuarão a não ter entradas para cadeiras de rodas, os estádios permanecerão sem lugares especiais para cadeiras de rodas, sem falar nos ônibus, trens, aviões, etc. O NATAL está chegando. O próximo está bem perto de nós. Para muitos deles, a vida tem sido um mar de agonia. E nós, como vamos ficar?"

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Friedrich.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do seu horário.

O SR. JOSÉ TAVARES — Fará uso do horário do PMDB, o Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos chegando ao final de mais um período legislativo, e a nossa preocupação que nos traz à tribuna, hoje, é em relação ao movimento popular que existe em Medianeira contra o donatário Odorico Luiz Bonatto.

Com mais de nove citações de processos e irregularidades apontadas aqui por este Parlamentar, juntamente com o Deputado Nelson Friedrich, e também confirmadas pelo Deputado do PDS, Tércio Albuquerque, que motivou um requerimento que hoje tramita morosamente na C.C.J.

Não nos preocupamos, Sr. Presidente, porque nós conhecemos a situação, os desmandos, arbitrariedades daquele Prefeito.

Nós sabemos de que, como esta Casa, não oficialmente, mas através de um recurso legal, da morosidade na tramitação de um requerimento na Comissão de Constituição e Justiça, vai acabar o ano legislativo sem dar o seu parecer, o que significa para a população medianeirense um grande perigo. Um perigo, porque essa administração, maldosa, macabra, está estribada com apoio não só da Delegacia de Polícia, mas também do próprio Judiciário local.

É um tripé de poder, que vem maltratando aquela população.

E temos certeza, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que neste recesso, as duas mil pessoas que assinaram conscientemente, que vieram de público a dizer que não concordam, que não estão de acordo com a administração de Luiz Bonatto, constantes neste abaixo-assinado, essas duas mil pessoas, estarão correndo graves riscos. Estarão expostos à arbitrariedade de um Prefeito que não mede suas ações para se vingar de pessoas adversárias. Que não sabe distinguir entre o adversário e o inimigo.

Que, simplesmente, vê em qualquer opositor, um inimigo que precisa ser perseguido sob todas as formas.

E, esta Casa, ao não ter ainda se pronunciado e o Governador do Estado, por ainda não ter tomado uma providência em relação a tão graves acusações que pesam contra o interventor, talvez, pode amanhã ou depois, ser acusada de omissão.

Bem como, o próprio Governador pode ser acusado de omissão.

Diante dos acontecimentos que se tornam a partir deste momento, imprevisíveis.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, trata-se de pessoas que não foram a uma urna, porque não tiveram o direito, esse

direito que nos foi cassado pela Revolução de 64 na faixa de fronteira, não podendo ir à urna e depositar ali o seu voto secreto, de repúdio à má administração de Luiz Bonatto, vem de público dar um voto aberto assinando, e são duas mil pessoas que assinam dando o testemunho das falcaturas que lá são cometidas por Luiz Bonatto.

Se existem duas mil pessoas no município, com suficiente coragem de assinar um documento destes, isto é altamente significativo.

Significa que existem dez mil que, temendo as perseguições e conhecendo a maldade daquele senhor, não assinariam.

Mas, numa urna secreta, votariam contra.

O Sr. Governador do Estado, responsável primeiro pelo PDS, pelas vitórias futuras do PDS, deveria se preocupar até, por uma questão política, de afastá-lo do cargo.

Dizem, que Luiz Bonatto é amigo, amigo particular do Governador Ney Braga.

Mas, que tal amigo é esse?

Que com tanta sujeira e corrupção, acaba envolvendo o seu próprio amigo, o Governador do Estado.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não entendemos qual é a verdadeira força de Luiz Bonatto, uma vez que não está estribado no apoio popular, uma vez que, a própria Bancada da Situação com vários elementos tem restrições aos seu nome.

Uma vez que se diz que, inclusive provado pelo Deputado Tércio Albuquerque, de que o Governador Ney Braga estaria com ele e não teria tanta afinidade com Luiz Bonatto.

Então, onde está a força para que esse homem continue cometendo as suas, fazendo das suas, na administração da Prefeitura de Medianeira?

Nós, realmente, chegamos à conclusão que falta nesta Casa, como falta nos governantes atuais e nos políticos, suficiente moral para acudir, salvar e libertar o povo das mãos de um corrupto.

Que não se consiga varrer a corrupção a nível federal, ainda se explica por razões de correlação de forças. Mas no município, numa faixa de fronteira que nem fronteira não faz, não entendemos como pode seguir tal corrupção.

E naquela ocasião, Sr. Presidente, em que apresentávamos aqui o requerimento, eu dizia que não queria ser forçado a chamar os integrantes desta Casa de coniventes com a corrupção de Luiz Bonatto.

Mas, dado a morosidade da Comissão de Justiça, em apurar aquele requerimento, para não ser forçado a dizer que toda, pelo menos a metade, Sr. Presidente, acredito que seja conivente com a corrupção de Luiz Bonatto. A não ser que, neste finalzinho de extraordinária, ainda tenha oportunidade desse requerimento voltar e tramitar legalmente pelo plenário, uma vez que não havia maiores razões para que uma Comissão de Constituição e Justiça apreciasse o requerimento. Não havia maiores razões, inclusive regimentais, para que isso ocorresse.

Porque sabemos e estamos conscientes de que o requerimento que pede o afastamento de Luiz Bonatto, é constitucional, é regimental, e não entendendo como é que uma Comissão com tão elevado cargo nesta Casa demore tanto tempo para chegar a esta conclusão, e deixar que o requerimento volte e venha nesta Casa.

A não ser que exista interesses outros, que impeçam que esse requerimento seja aprovado por esta Casa. A não ser que exista temor, medo, diante de Luiz Bonatto, particular amigo do Governador Ney Braga, de que possa a Bancada do PDS vir a rejeitar esse requerimento.

É falta de coragem para se expor diante da justiça e da verdade.

É preciso, portanto, que se diga mais uma vez, de que diante desse simples requerimento, por mais simples que seja,

por mais banal que seja o seu assunto é que se definirá se aqui nesta Casa existe realmente gente que está em condições de reprovar atos de corrupções como aqueles que ocorrem lá em Medianeira.

Aqui temos outra manifestação da população de Medianeira pedindo o afastamento. Em que, num panfleto jogado e distribuído em toda a cidade, abertamente distribuído, inclusive na frente da Prefeitura. Diz o comunicado da população de Medianeira: (Lê):

"As forças vivas da sociedade medianeirense estão fazendo circular listas de abaixo-assinado, o qual seria enviado ao Excelentíssimo Senhor Governador Ney Braga, referente ao protocolado n.º 07719 de 13/11/80, representação contra o Prefeito Luiz Bonatto, bem como ao requerimento em tramitação na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, documentos que solicitam às autoridades competentes a EXONERAÇÃO DE LUIZ BONATO do cargo de Prefeito Municipal, para o bem e a honra de MEDIANEIRA.

PARTICIPE DESTES MOVIMENTOS.
LEIA O ABAIXO-ASSINADO E ASSINE—O.
VOCÊ TAMBÉM É RESPONSÁVEL.

Medianeira 15-novembro-80
forças democráticas"

Como bem diz o documento, a honra e a dignidade de um povo, bem como a honra e a dignidade desta Casa, os parlamentares desta Casa, bem como a honra e a dignidade do Governador do Estado estão em jogo.

Se o caso continuar no silêncio, se não dermos uma resposta imediata, à altura, ao povo de Medianeira, devolvendo-lhes o que é de justiça, ou seja, a dignidade e a honra com as quais construíram aquela municipalidade.

De nada adianta aquele "Odorico", através de decreto-lei, querer mudar inclusive a história de Medianeira.

Através de decreto-lei criar novos pioneiros. Pioneiros compadres seus que passaram lá muitos anos depois do que os primeiros habitantes daquela cidade que vieram e realmente construíram, para assim prejudicar. E um homem que é capaz de destituir pioneiros, modificar a história de Medianeira, escrever a sua história, o que não será capaz de fazer durante o recesso, este ano, quando não teremos mais aqui esta tribuna, quando teremos dificuldade de acesso aos jornais para denunciar.

Na calada do recesso, no silêncio do recesso parlamentar, temo eu, Sr. Presidente, que muitas pessoas serão vítimas das falcaturas, das perseguições de Luiz Bonatto.

Se isso ocorrer, também somos co-responsáveis, porque não agimos em tempo.

Obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Consulto à Liderança do PDS, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Tendo declinado, consulto à Liderança do PTB.

Tendo declinado, consulto à Liderança do PP. (Declina).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 96/80, (Mens. Govern. n.º 45/80) anexa à Mens. Govern. n.º 80/80) Subs-

titutiva), que institui o Plano de Classificação de Cargos dos Quadros de Pessoal Civil do Poder Executivo, inclusive autarquias, e dá outras providências.— Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 96/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

TÍTULO I DO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS CAPÍTULO I DA INSTITUIÇÃO DO PLANO

Art. 1.º — Fica instituído o Plano de Classificação de Cargos, abrangendo os cargos de provimento efetivo do Quadro Único de Pessoal Civil do Poder Executivo e dos Quadros Próprios de suas Autarquias.

Art. 2.º — Para execução do Plano de Classificação de Cargos fica instituído um quadro, com a denominação de Quadro Geral, organizado em duas partes distintas, a saber:

- I — Parte Permanente; e
- II — Parte Especial.

§ 1.º — A Parte Permanente é integrada pelos cargos de provimento efetivo, considerados essenciais à Administração.

§ 2.º — A Parte Especial agrupa os cargos ocupados por funcionários com situações definidas no art. 8.º desta lei, que serão suprimidos ao vagarem.

CAPÍTULO II DOS CARGOS DA PARTE PERMANENTE

Art. 3.º — Os cargos de provimento efetivo da Parte Permanente, dispõem-se em grupos e são identificados por código, categoria funcional, padrão, amplitude de referência e quantidade, conforme o estabelecido no Anexo I.

Art. 4.º — As atribuições e os pré-requisitos exigidos para cada categoria funcional serão definidos em regulamento aprovado por Decreto.

Art. 5.º — O funcionário que, em função da respectiva situação existente em 1.º de julho de 1.980, vier a integrar a Parte Permanente do Quadro Geral, ficará sujeito a um dos seguintes regimes:

- I - de 40 horas semanais de trabalho aquele que, em virtude de lei ou por estar percebendo as gratificações de que tratam os incisos II e III, do art. 172, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, já esteja nesse regime, com exceção dos ocupantes de cargos de Médico, Cirurgião Dentista e Farmacêutico.
- II - de 30 horas semanais de trabalho aquele que não estiver percebendo as gratificações de que tratam os incisos II e III, do art. 172, da Lei n.º 6174/70, com exceção do ocupante de cargo de Médico; e
- III - de 20 horas semanais de trabalho aquele que for ocupante de cargo de Médico.

Parágrafo Único — Aos funcionários de que trata este artigo é vedada a percepção das vantagens a que se referem os incisos II, III, VIII e X, do art. 172, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1.970.

Art. 6.º — Os vencimentos básicos mensais dos cargos integrantes da Parte Permanente do Quadro Geral são os constantes das Tabelas I, II e III do Anexo II.

CAPÍTULO III DO ENQUADRAMENTO NO QUADRO GERAL

Art. 7.º — O enquadramento provisório de funcionário integrante do Quadro Único de Pessoal e dos Quadros Próprios das Autarquias Estaduais, do Poder Executivo, em categoria

funcional e padrão do Quadro Geral instituído por esta lei, far-se-á mediante aplicação da Tabela de Correlação de Cargos constante do Anexo III, identificando-se a referência da seguinte forma:

- I - ao vencimento base do cargo efetivo serão somadas as vantagens efetivamente percebidas em 1.º de julho de 1980 relativas aos artigos 170 e 171 e incisos II, III, VIII e X do art. 172, todos da Lei n.º 6174/70, calculadas sobre o valor do vencimento do mesmo cargo efetivo, à época do enquadramento;
- II - a referência de enquadramento será aquela cujo valor, somado às vantagens correspondentes aos artigos 170 e 171 da Lei n.º 6174/70, sobre ela calculadas, seja igual ou imediatamente superior ao resultado do cálculo do item anterior.

§ 1.º — Após o enquadramento provisório, conhecido o número de ocupantes na categoria funcional, far-se-á o enquadramento definitivo, em função do tempo de serviço prestado ao Estado do Paraná, observada a distribuição dos mesmos entre as referências segundo os percentuais seguintes:

- a) 13% na referência 1;
- b) 13% na referência 2;
- c) 10% na referência 3;
- d) 10% na referência 4;
- e) 9% na referência 5;
- f) 9% na referência 6;
- g) 8% na referência 7;
- h) 8% na referência 8;
- i) 7% na referência 9;
- j) 7% na referência 10;
- l) 6% na referência 11.

§ 2.º — Em caso de resultar fração, após aplicados os percentuais de que trata o parágrafo anterior, será considerado o número inteiro imediatamente superior ao obtido e, na eventualidade de ultrapassar o número de cargos existente, o excesso será subtraído da referência inicial.

§ 3.º — Para os fins previstos no § 1.º a apuração do tempo de serviço será feita levando-se em conta o efetivo exercício em cargo ou função no Estado, até a data da publicação desta lei, não se considerando, para esse fim, qualquer contagem de tempo adicional.

§ 4.º — Havendo empate na apuração do tempo de serviço, terá preferência, sucessivamente, o ex-combatente, o de maior prole e o mais idoso.

§ 5.º — quando o número de ocupantes for menor do que o número de referências, o enquadramento definitivo será feito:

- na referência 2, para o funcionário que, na data desta lei conte entre dez e quinze anos de serviço;
- na referência e, para o que conte entre quinze e vinte anos;
- na referência 4, para o que conte entre vinte e vinte e cinco anos;
- na referência 5, para o que conte entre vinte e cinco e trinta anos;
- na referência 6, para o que conte entre trinta e trinta e dois anos; e
- na referência 7, para o que conte com mais de trinta e dois anos.

§ 6.º — Os cargos vagos serão distribuídos por referência, obedecido o mesmo critério do § 1.º, respeitadas a indivisibilidade da vaga e a distribuição a partir da referência final.

Art. 8.º — Integrará a Parte Especial do Quadro Geral o funcionário:

- I - ocupante de cargo de Procurador ou Advogado que tenha optado pelo não enquadramento no regime previsto na Lei n.º 7.074, de 02 de janeiro de 1.979;
- II - ocupante de cargo do Grupo Ocupacional de Enge-

nharia e Arquitetura do Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo e dos Quadros Próprios de suas Autarquias que não tenha optado pelo enquadramento no regime previsto na Lei n.º 7.122, de 26 de abril de 1.979;

- III - que se manifestar por escrito, dentro do prazo de cento e vinte dias do ato de enquadramento definitivo, pelo não ingresso na Parte Permanente do Quadro Geral; ou
- IV - cuja remuneração calculada na forma do item I, do artigo 7.º, exceda ao valor resultante do cálculo do item II do mesmo artigo, efetuado com base no vencimento da última referência da categoria funcional na qual seria enquadrado.

Parágrafo Único - São mantidas as mesmas características do cargo ocupado pelo funcionário que passa a integrar a Parte Especial do Quadro Geral, inclusive denominação e nível de vencimento.

CAPÍTULO IV

DA ADMINISTRAÇÃO DO PLANO

Art. 9.º — Concluído o enquadramento no Quadro Geral, o Poder Executivo, no sentido de dinamizar o Plano, dará início aos processos de ascensão, de progressão e de readaptação.

Art. 10 — Para os fins previstos no artigo anterior, ascensão é a passagem do funcionário, em efetivo exercício, de uma para outra categoria funcional da Parte Permanente, de padrão mais elevado, ou da Parte Especial para a Parte Permanente, atendidos os seguintes requisitos:

- I - escolaridade mínima ou habilitação legal exigida para o outro cargo; e
- II - aprovação em processo seletivo interno.

§ 1.º — O provimento de cargo por meio de ascensão dependerá sempre da existência de vaga.

§ 2.º — No primeiro mês do segundo semestre de cada ano serão indicadas as vagas destinadas ao preenchimento por ascensão e o processo seletivo será realizado no decorrer do mesmo semestre.

§ 3.º — O funcionário que vier a ocupar cargo da Parte Permanente do Quadro Geral, por meio de ascensão ficará sujeito ao regime de 40 horas semanais, exceto quando o cargo for de Cirurgião Dentista ou Farmacêutico, caso em que ficará sujeito ao regime de 30 horas semanais, ou de Médico, cujo regime é de 20 horas semanais.

Art. 11 — Para os fins previstos no art. 9.º, progressão é a passagem do funcionário de sua referência para a imediatamente superior, mediante aferição de desempenho funcional apurado por meio de contagem de pontos, levando-se em consideração:

- I - avaliação de desempenho;
- II - tempo de efetivo exercício na referência; e
- III - participação do funcionário em processo de treinamento.

§ 1.º — Poderá concorrer a progressão o funcionário que tiver, pelo menos, dois anos de interstício na referência e alcançar o limite mínimo de pontos de aferição de desempenho funcional a ser estabelecido por decreto.

§ 1.º — A progressão será processada no primeiro semestre de cada ano, observados os limites percentuais definidos no § 1.º, do art. 7.º.

§ 3.º — Quando o número de cargos fixado em lei for inferior a onze, não será considerada, para efeito de progressão, mais de uma vaga em cada referência.

Art. 12 — Concluído o enquadramento de que trata o art. 7.º desta lei e havendo ainda funcionário que esteja desempenhando função correspondente a cargo de padrão inferior àquele em que foi enquadrado, o Poder Executivo, com base

no que dispõe o art. 119 e seguintes da Lei n.º 6.174/70, procederá a readaptação, "ex-officio", com a finalidade de prover o funcionário em cargo mais compatível com sua capacidade física ou intelectual.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

Art. 13 — O funcionário que vier a ser enquadrado em cargo do Quadro Geral e que, na data da presente lei, desempenhava comprovadamente por mais de dois anos, funções próprias de cargos previstos na Lei Complementar n.º 3/74 e na Lei n.º 7.051, de 04 de dezembro de 1.978, poderá participar de processo seletivo interno para ingresso nos cargos iniciais de que tratam as leis em referência, observadas as respectivas habilitações e a existência de vagas.

Art. 14 — O cargo de provimento efetivo de Secretário Executivo do Quadro Próprio do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado, de que trata a Lei n.º 4.339, de 18 de fevereiro de 1.961, fica transformado em cargo de provimento em Comissão, símbolo DAS-4.

Art. 15 — Nenhum servidor inativo poderá ter o montante de seus proventos de inatividade inferior ao vencimento básico inicial estabelecido para cargo correlato àquele em que foi aposentado, ressalvados os casos de aposentadoria proporcional ao tempo de serviço, cuja proporcionalidade deverá ser mantida.

§ 1.º — Nos casos em que as denominações dos cargos tiverem sofrido modificações, a correlação será apurada em face dos requisitos exigidos pelas respectivas leis que estabeleceram tais modificações.

§ 2.º — Para os efeitos deste artigo, o vencimento básico para o cálculo de proventos de inatividade de funcionários aposentados em cargos de Advogado níveis 26 ou 27, posteriormente à data da Lei n.º 7.074/79, será o do cargo inicial da carreira instituída pela referida lei, sem prejuízo, quando aplicáveis, das disposições do art. 140, item III, da Lei n.º 6.174/70, estendendo-se a mesma regra aos casos idênticos em que tenha havido reestruturação de carreira.

Art. 16 — Ao aposentado, ou àquele que vier a se aposentar em cargo da Parte Permanente do Quadro Geral instituído por esta lei ou em cargo de que tratam as Leis n.º 7.074/79 e n.º 7.122/79, não se aplica o disposto na Lei n.º 6.794, de 08 de junho de 1.976, exceto quanto àquele aposentado, após a data desta última lei, com proventos correspondentes aos de cargo em comissão, conforme o disposto no inciso III, do art. 140, da Lei n.º 6.174/70.

Parágrafo Único — O funcionário que vier a se aposentar em cargo da Parte Permanente do Quadro Geral que, na época de sua aposentadoria, estiver percebendo vencimento constante da Tabela II, do Anexo II, e que houver satisfeito os requisitos exigidos na Lei n.º 6.794/76, terá seus proventos calculados com base nos vencimentos constantes na Tabela I, do referido Anexo II.

Art. 17 — Para assegurar a adequada implantação do Plano instituído por esta lei, fica o Poder Executivo autorizado, por um prazo de três anos, a transformar, dentro da Parte Permanente, cargos vagos constantes do Anexo I, desde que não resulte em aumento de despesa.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18 — Concluído o enquadramento, os processos de ascensão serão realizados, por categoria funcional, sucessivamente, obedecendo a seguinte ordem de prioridade:

- I - para funcionário do Quadro Geral, que, comprovadamente, estiver exercendo, há pelo menos dois anos, função atribuída ao cargo em processo de ascensão; e

- II - para funcionário do Quadro Geral que, mesmo não estando na situação prevista no inciso I, preencha os requisitos mínimos previstos para o exercício do cargo em processo de ascensão.

Art. 19 — Os cargos de provimento efetivo do Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo e dos Quadros Próprios de suas Autarquias, vagos na data da publicação da presente lei e os que vagarem em virtude da aplicação da mesma, ficam automaticamente suprimidos.

Art. 20 — Os cargos de Instrutor do Ensino Superior, Assistente do Ensino Superior, Professor do Ensino Superior e Professor Titular deixam de integrar os níveis estabelecidos para o funcionalismo público estadual e se extinguirão ao vagarem.

Parágrafo único — Os vencimentos dos cargos de que trata o "caput" do presente artigo ficam fixados a partir de 1.º de janeiro de 1.981 em Cr\$ 27.222,00 (vinte e sete mil, duzentos e vinte e dois cruzeiros) para o Instrutor do Ensino Superior; Cr\$ 28.495,00 (vinte e oito mil, quatrocentos e noventa e cinco cruzeiros) para o Assistente do Ensino Superior e Cr\$... 29.830,00 (vinte e nove mil, oitocentos e trinta cruzeiros) para Professor do Ensino Superior e Professor Titular.

Art. 21 — O servidor inativo do Estado que, na data desta lei, esteja exercendo ou tenha exercido após aposentado, cargo em Comissão por um período mínimo de cinco anos consecutivos ou dez anos alternados, terá seus proventos de inatividade revistos na data de seu desligamento do cargo que venha exercendo ou a partir da data prevista no art. 26, se já estiver desligado do cargo em comissão, com base no vencimento do cargo de maior símbolo que houver exercido por um período não inferior a um ano.

Parágrafo Único — Se, nas condições deste artigo, o cargo em comissão exercido não se conformar aos símbolos estabelecidos para os cargos em comissão do Poder Executivo, a revisão far-se-á, pelos vencimentos do de maior símbolo, exceto o privativo de Secretário de Estado, ficando assegurado o mesmo tratamento pelo exercício de cargo direto de órgãos da Administração Indireta do Estado.

Art. 22 — O funcionário que vier a ser aposentado por implemento de idade e na época estiver exercendo cargo de provimento em comissão, há mais de um ano, poderá ter os seus proventos calculados com base no vencimento desse cargo em comissão, independentemente do preenchimento dos requisitos estabelecidos no art. 140, da Lei n.º 6.174/70.

Art. 23 — O funcionário ocupante de cargo de outro Quadro do Poder Executivo, poderá concorrer aos processos de ascensão no Quadro Geral, depois de realizados os dois processos a que se refere o art. 18.

Art. 24 — Ao atual funcionário efetivo, da Parte Permanente do Quadro Único de Pessoal, pertencente à Secretaria de Estado das Finanças que, em 1.º de março de 1.980, preenchia tais requisitos, aplicam-se os dispositivos da Lei n.º 7.051, de 04 de dezembro de 1.978, considerando-se, para fins de enquadramento, a habilitação profissional que possuía naquela data.

§ 1.º — Ao funcionário ocupante de cargo do Quadro Próprio da Coordenação da Receita do Estado, que tenha sido enquadrado neste cargo nominalmente na forma do art. 139, inciso II, da referida Lei n.º 7.051, e que em 1.º de março de 1.980, preenchia os requisitos definidos nos arts. 6.º e 7.º da mesma lei, será assegurado o ingresso na inicial das séries de classes respectivas.

§ 2.º — Para atender ao disposto neste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a transformar os cargos de provimento efetivo ocupados pelos funcionários nele abrangidos em cargos do Quadro Próprio da Coordenação da Receita do Estado necessários ao respectivo enquadramento.

§ 3.º — Os enquadramentos de que trata este artigo pro-

duzirão efeitos a partir da vigência do enquadramento provisório, conforme previsto no art. 26 desta lei.

Art. 25 — O Plano de Classificação de Cargos instituído por esta lei não se aplica:

- I - ao ocupante de cargo de professor definido na Lei n.º 7.208, de 15 de outubro de 1.979, ficando ele mantido na Parte Suplementar do Quadro Único;
- II - aos funcionários a que se refere o "caput" do artigo 24 desta lei;
- III - aos ocupantes dos cargos previstos na Lei n.º 7.122/79.

Parágrafo Único — O ocupante de cargo de Professor do Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, que preencha os requisitos legais para o exercício de cargo do Quadro Próprio do Magistério, poderá participar de processo seletivo interno para ingresso em cargo do referido Quadro Próprio, observadas a habilitação específica e a existência de vaga, ficando extinto o cargo que ocupava no Quadro Único.

Art. 26 — Os efeitos financeiros, decorrentes da aplicação do disposto nesta lei, serão devidos a partir do primeiro dia do mês subsequente ao da publicação do ato específico da concessão, exceto quanto ao enquadramento provisório, para o qual os efeitos financeiros serão devidos a partir de 1.º de janeiro de 1981.

Art. 27 — Ao funcionário que for aposentado no período compreendido entre a publicação da presente lei e o enquadramento definitivo, fica assegurada a aplicação do Plano de Classificação de Cargos, como se estivesse em exercício, procedendo-se a revisão de seus proventos com vigência na forma do art. 26 desta lei.

Art. 28 — Fica incluído no art. 89, da Lei n.º 6.417, de 03 de julho de 1973, um inciso 3, com a redação seguinte: "3 gratificação pelo efetivo exercício de função com risco de vida, desde que percebida por período superior a um ano."

Parágrafo Único — O disposto neste artigo aplica-se ao militar reformado ou transferido para a reserva remunerada durante o período compreendido entre 1.º de janeiro de 1980 e a data de início da vigência desta lei, independentemente do cumprimento do prazo estabelecido no inciso de que trata este artigo, cujo benefício será devido a partir de 1.º de janeiro de 1.981.

Art. 29 — A vantagem de que trata o art. 172, inciso V, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, integrará os proventos de inatividade do funcionário civil, por ocasião da aposentadoria, desde que percebida por período superior a um ano.

Parágrafo Único — O disposto neste artigo aplica-se aos funcionários aposentados entre 1.º de janeiro de 1980 e a data desta lei, independentemente do cumprimento do prazo estabelecido, desde que, à data da aposentadoria, estivesse percebendo a referida vantagem, cujo benefício será devido a partir de 1.º de janeiro de 1.981.

Art. 30 — O funcionário enquadrado na Parte Permanente do Quadro Geral, que, até 120 (cento e vinte) dias posteriores ao ato de enquadramento definitivo, não manifestar opção pelo retorno à situação em que se encontrava anteriormente, terá aceito o Plano de Classificação de Cargos em todos os seus termos, inclusive a integração, nos vencimentos das vantagens previstas no art. 5.º desta lei, que vinha percebendo, não podendo reclamá-las nem mesmo para efeito de aposentadoria.

Art. 31 — O artigo 4.º, da Lei n.º 6.794, de 08 de junho de 1976, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 4.º — A incorporação de que trata esta lei não se aplica aos funcionários que, no momento da aposentadoria:

- I - estejam em regime de acumulação de cargos;
- II - estejam obrigados, por lei ou regulamento, a uma jornada semanal de trabalho não inferior a quarenta horas; ou
- III - tenham sido enquadrados na forma da lei que institui o Plano de Classificação de Cargos".

Parágrafo Único — O Plano de Classificação de Cargos a que alude a nova redação dada ao inciso III, do artigo 4.º, da Lei n.º 6.794/74, é o de que trata esta lei.

Art. 32 — os vencimentos dos cargos de direção do Serviço de Loteria do Estado, órgão de regime especial subordinado à Secretaria de Estado das Finanças, passam a ser os seguintes: "respeitada a legislação anterior."

- I - Diretor Superintendente, equivalente ao símbolo DAS-3; e
- II - Diretor Administrativo e Gerente, equivalentes ao símbolo DAS-4.

Art. 33 — Fica criado, na Parte Permanente do Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, com lotação na Secretaria de Estado dos Transportes, um (1) cargo de provimento em comissão de Assessor Especial para Assuntos Portuários, DAS-3.

Art. 34 — Os níveis de vencimentos dos cargos da Parte Suplementar do Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, abaixo relacionados, ficam elevados na forma seguinte:

- I - Professor, dos níveis 6 até 9 para o nível 10;
- II - Professor, dos níveis 10 até 11, para o nível 12;
- III - Professor, dos níveis 12 até 15, para o nível 16;
- IV - Professor, do nível 16 para o nível 17.

Art. 35 — Os funcionários civis, inclusive inativos, que integram ou integravam os Quadros Especiais, os Quadros Próprios, inclusive das Autarquias, e o Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, os Quadros de Pessoal dos Poderes Judiciário e Legislativo, inclusive do Tribunal de Contas do Estado, não deverão perceber vencimento inferior ao estabelecido para o padrão "A", referência "01" da Tabela II, do Anexo II, que integra a presente lei.

§ 1.º — O órgão competente fará sempre que necessário, os ajustamentos indispensáveis ao cumprimento do disposto neste artigo.

§ 2.º — Aos funcionários que percebem a gratificação pela execução de trabalho de natureza especial, com risco de vida, a que se refere a Lei n.º 7.258, de 05 de dezembro de 1979, não se aplica o disposto no "caput" deste artigo.

Art. 36 — As despesas decorrentes da aplicação da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 37 — Os Anexos I até III constituem parte integrante desta lei.

Art. 38 — O Poder Executivo expedirá os atos necessários à plena execução da presente lei.

Art. 39 — Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

(a) GILBERTO CARVALHO — Presidente

ANEXO I
GRUPO -- P -- Profissional

| CÓDIGO | CATEGORIA FUNCIONAL | PADRÃO | REFERÊNCIA | | Nº DE CARGOS |
|--------|-------------------------------|--------|------------|-------|--------------|
| | | | INICIAL | FINAL | |
| P - 01 | Assistente Jurídico | I | 1 | 11 | 39 |
| P - 02 | Assistente Social | H | 1 | 11 | 31 |
| P - 03 | Bibliotecário | H | 1 | 11 | 59 |
| P - 04 | Biólogo | H | 1 | 11 | 3 |
| P - 05 | Cirurgião Dentista | I | 1 | 11 | 215 |
| P - 06 | Contador | I | 1 | 11 | 58 |
| P - 07 | Economista | I | 1 | 11 | 69 |
| P - 08 | Enfermeiro | H | 1 | 11 | 38 |
| P - 09 | Estatístico | H | 1 | 11 | 32 |
| P - 10 | Farmacêutico | I | 1 | 11 | 71 |
| P - 11 | Médico | J | 1 | 11 | 445 |
| P - 12 | Psicólogo | H | 1 | 11 | 3 |
| P - 13 | Químico | I | 1 | 11 | 12 |
| P - 14 | Jornalista | I | 1 | 11 | 22 |
| P - 15 | Técnico de Administração | I | 1 | 11 | 78 |
| P - 16 | Técnico de Assuntos Culturais | H | 1 | 11 | 15 |
| P - 17 | Técnico em Comunicação Social | I | 1 | 11 | 20 |
| P - 18 | Veterinário | I | 1 | 11 | 35 |

ANEXO I

GRUPO – S – Semi-Profissional

| CÓDIGO | CATEGORIA FUNCIONAL | PADRÃO | REFERÊNCIA | | Nº DE CARGOS |
|--------|----------------------------------|--------|------------|-------|--------------|
| | | | INICIAL | FINAL | |
| S-01 | Aerofotogrametrista | G | 1 | 11 | 6 |
| S-02 | Agente de Saneamento | E | 1 | 11 | 183 |
| S-03 | Agente Social | E | 1 | 11 | 87 |
| S-04 | Assistente de Assuntos Culturais | F | 1 | 11 | 47 |
| S-05 | Auxiliar de Enfermagem | D | 1 | 11 | 122 |
| S-06 | Desenhista | E | 1 | 11 | 76 |
| S-07 | Fotógrafo | D | 1 | 11 | 26 |
| S-08 | Inspetor de Pesos e Medidas | F | 1 | 11 | 15 |
| S-09 | Inspetor de Saneamento | F | 1 | 11 | 42 |
| S-10 | Laboratorista | E | 1 | 11 | 141 |
| S-11 | Laboratorista de Solos | E | 1 | 11 | 61 |
| S-12 | Operador de Raios X | D | 1 | 11 | 15 |
| S-13 | Operador de Som | B | 1 | 11 | 12 |
| S-14 | Técnico Agrícola | G | 1 | 11 | 12 |
| S-15 | Técnico em Artes Gráficas | F | 1 | 11 | 62 |
| S-16 | Técnico em Manutenção Eletrônica | F | 1 | 11 | 31 |
| S-17 | Técnico de Enfermagem | G | 1 | 11 | 16 |
| S-18 | Técnico de Raios X | E | 1 | 11 | 23 |
| S-19 | Topógrafo | G | 1 | 11 | 38 |

ANEXO I

GRUPO – A – Administrativo

| CÓDIGO | CATEGORIA FUNCIONAL | PADRÃO | REFERÊNCIA | | Nº DE CARGOS |
|--------|---------------------------|--------|------------|-------|--------------|
| | | | INICIAL | FINAL | |
| A-01 | Almoxarife | D | 1 | 11 | 87 |
| A-02 | Assistente Administrativo | F | 1 | 11 | 892 |
| A-03 | Auxiliar Administrativo | D | 1 | 11 | 990 |
| A-04 | Auxiliar de Escritório | C | 1 | 11 | 1.614 |
| A-05 | Calculista de Medição | E | 1 | 11 | 17 |
| A-06 | Técnico de Contabilidade | G | 1 | 11 | 94 |
| A-07 | Telefonista | B | 1 | 11 | 92 |

ANEXO I

GRUPO -- G -- Serviços Gerais

| CÓDIGO | CATEGORIA FUNCIONAL | PADRÃO | REFERÊNCIA | | Nº DE CARGOS |
|--------|--------------------------------|--------|------------|-------|--------------|
| | | | INICIAL | FINAL | |
| G-01 | Artífice | B | 1 | 11 | 460 |
| G-02 | Ascensorista | A | 1 | 11 | 17 |
| G-03 | Atendente de Saúde | C | 1 | 11 | 580 |
| G-04 | Auxiliar de Artes Gráficas | B | 1 | 11 | 56 |
| G-05 | Auxiliar de Artífice | A | 1 | 11 | 874 |
| G-06 | Auxiliar de Manobras | B | 1 | 11 | 19 |
| G-07 | Auxiliar de Serviços Gerais | A | 1 | 11 | 1.923 |
| G-08 | Auxiliar de Trânsito | D | 1 | 11 | 190 |
| G-09 | Auxiliar Técnico de Topografia | D | 1 | 11 | 55 |
| G-10 | Capataz | C | 1 | 11 | 409 |
| G-11 | Carpinteiro | C | 1 | 11 | 129 |
| G-12 | Conferente Portuário | E | 1 | 11 | 19 |
| G-13 | Eletricista | D | 1 | 11 | 61 |
| G-14 | Guarda de Presídio | C | 1 | 11 | 186 |
| G-15 | Guardião | A | 1 | 11 | 182 |
| G-16 | Inspetor de Alunos | B | 1 | 11 | 489 |
| G-17 | Inspetor de Presídio | D | 1 | 11 | 15 |
| G-18 | Latoeiro | D | 1 | 11 | 31 |
| G-19 | Maquinista de Embarcação | E | 1 | 11 | 9 |
| G-20 | Marceneiro | D | 1 | 11 | 32 |
| G-21 | Mecânico de Equipamento Pesado | F | 1 | 11 | 59 |
| G-22 | Mecânico de Veículos | D | 1 | 11 | 158 |
| G-23 | Mestre de Obras | F | 1 | 11 | 54 |
| G-24 | Mestre de Ofício | D | 1 | 11 | 23 |
| G-25 | Motorista | C | 1 | 11 | 769 |
| G-26 | Operador de Equipamento Pesado | D | 1 | 11 | 328 |
| G-27 | Pedreiro* | C | 1 | 11 | 106 |
| G-28 | Pintor | C | 1 | 11 | 91 |
| G-29 | Porteiro | A | 1 | 11 | 90 |
| G-30 | Servente | A | 1 | 11 | 8.075 |

ANEXO II

TABELA I

VENCIMENTO PARA 40 HORAS SEMANAIS

VALORES EM CRUZEIROS, ESTABELECIDOS PARA 1981

| Ref. Padrão | 01 | 02 | 03 | 04 | 05 | 06 | 07 | 08 | 09 | 10 | 11 |
|----------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| A | 9.647 | 9.955 | 10.272 | 10.599 | 10.937 | 11.285 | 11.645 | 12.016 | 12.400 | 12.795 | 13.203 |
| B | 10.821 | 11.480 | 12.180 | 12.923 | 13.709 | 14.545 | 15.431 | 16.371 | 17.368 | 18.427 | 19.549 |
| C | 12.137 | 12.877 | 13.661 | 14.493 | 15.377 | 16.313 | 17.308 | 18.361 | 19.481 | 20.668 | 21.927 |
| D | 13.615 | 14.444 | 15.324 | 16.257 | 17.248 | 18.299 | 19.415 | 20.597 | 21.852 | 23.183 | 24.596 |
| E | 15.272 | 16.203 | 17.189 | 18.237 | 19.348 | 20.527 | 21.777 | 23.104 | 24.512 | 26.005 | 27.589 |
| F | 17.131 | 18.175 | 19.281 | 20.456 | 21.703 | 23.025 | 24.428 | 25.916 | 27.495 | 29.171 | 30.948 |
| G | 19.216 | 20.387 | 21.629 | 22.947 | 24.344 | 25.828 | 27.401 | 29.071 | 30.843 | 32.721 | 34.715 |
| H | 31.842 | 33.224 | 34.666 | 36.170 | 37.740 | 39.378 | 41.087 | 42.870 | 44.731 | 46.672 | 48.698 |
| I | 38.320 | 39.983 | 41.718 | 43.529 | 45.418 | 47.389 | 49.446 | 51.592 | 53.831 | 56.167 | 58.605 |

ANEXO II

TABELA I

VENCIMENTO PARA 40 HORAS SEMANAIS

VALORES EM CRUZEIROS, ESTABELECIDOS PARA 1981

| Ref. Padrão | 01 | 02 | 03 | 04 | 05 | 06 | 07 | 08 | 09 | 10 | 11 |
|----------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| A | 9.647 | 9.955 | 10.272 | 10.599 | 10.937 | 11.285 | 11.645 | 12.016 | 12.400 | 12.795 | 13.203 |
| B | 10.821 | 11.480 | 12.180 | 12.923 | 13.709 | 14.545 | 15.431 | 16.371 | 17.368 | 18.427 | 19.549 |
| C | 12.137 | 12.877 | 13.661 | 14.493 | 15.377 | 16.313 | 17.308 | 18.361 | 19.481 | 20.668 | 21.927 |
| D | 13.615 | 14.444 | 15.324 | 16.257 | 17.248 | 18.299 | 19.415 | 20.597 | 21.852 | 23.183 | 24.596 |
| E | 15.272 | 16.203 | 17.189 | 18.237 | 19.348 | 20.527 | 21.777 | 23.104 | 24.512 | 26.005 | 27.589 |
| F | 17.131 | 18.175 | 19.281 | 20.456 | 21.703 | 23.025 | 24.428 | 25.916 | 27.495 | 29.171 | 30.948 |
| G | 19.216 | 20.387 | 21.629 | 22.947 | 24.344 | 25.828 | 27.401 | 29.071 | 30.843 | 32.721 | 34.715 |
| H | 31.842 | 33.224 | 34.666 | 36.170 | 37.740 | 39.378 | 41.087 | 42.870 | 44.731 | 46.672 | 48.698 |
| I | 38.320 | 39.983 | 41.718 | 43.529 | 45.418 | 47.389 | 49.446 | 51.592 | 53.831 | 56.167 | 58.605 |

TABELA III VENCIMENTO PARA 20 HORAS SEMANAIS

| Ref. Padrão | 01 | 02 | 03 | 04 | 05 | 06 | 07 | 08 | 09 | 10 | 11 |
|----------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| J | 25.364 | 26.465 | 27.613 | 28.812 | 30.062 | 31.367 | 32.729 | 34.149 | 35.631 | 37.178 | 38.792 |

ANEXO III

TABELA DE CORRELAÇÃO DE CARGOS

GRUPO -- P -- Profissional

| SITUAÇÃO ATUAL | | SITUAÇÃO NOVA | |
|---|--------------------|--------------------------|--------|
| CLASSE | NÍVEL | CATEGORIA FUNCIONAL | PADRÃO |
| Assistente Social | 24, 25, 26, 27, 28 | Assistente Social | H |
| Bibliotecário | 24, 25, 26, 27, 28 | Bibliotecário | H |
| Cirurgião-Dentista | 25, 26, 27, 28, 29 | Cirurgião-Dentista | I |
| Contador | 25, 26, 27, 28, 29 | Contador | I |
| Economista | 25, 26, 27, 28, 29 | Economista | I |
| Enfermeiro | 24, 25, 26, 27, 28 | Enfermeiro | H |
| Estatístico | 24, 25, 26, 27, 28 | Estatístico | H |
| Farmacêutico | 25, 26, 27, 28, 29 | Farmacêutico | I |
| Médico Leprologista Médico Psiquiatra Médico Puericultor Médico Sanitarista Médico Tisiologista Médico | 26, 27, 28, 29, 30 | Médico | J |
| Naturalista | 25, 26, 27, 28, 29 | Biólogo | H |
| Químico | 25, 26, 27, 28, 29 | Químico | I |
| Redator | 24, 25, 26, 27, 28 | Redator | I |
| Técnico de Administração | 24, 25, 26, 27, 28 | Técnico de Administração | I |
| Veterinário | 25, 26, 27, 28, 29 | Veterinário | I |

ANEXO III
TABELA DE CORRELAÇÃO DE CARGOS
GRUPO - S - Semi-Profissional

| SITUAÇÃO ATUAL | | SITUAÇÃO NOVA | |
|--|---|----------------------------------|--------|
| CLASSE | NÍVEL | CATEGORIA FUNCIONAL | PADRÃO |
| Aerofotogrametrísta | 19, 20, 21, 22, 23 | Aerofotogrametrísta | G |
| Agente de Saneamento Auxiliar Sanitário Visitador Sanitário | 13, 14, 15 9, 10, 12, 14 11, 13, 14 | Agente de Saneamento | E |
| Agente Social Atendente Social Inspetor de Previdência e Assistência | 12, 13, 14 8, 9, 10, 11, 12 20, 21, 22, 23 | Agente Social | E |
| Assistente de Bibliotecário Conservador de Museu Mestre de Banda Preparador de Museu Regente de Música | 14, 16, 18, 20 20, 21, 22 17 12, 13, 14 15, 16 | Assistente de Assuntos Culturais | F |
| Auxiliar de Enfermagem Auxiliar de Médico Enfermeiro Auxiliar Nutricionista Obstetriz Técnico em Aparelho Odontológico | 13, 14, 15, 17 21, 22, 23 11 15 13 15, 16 | Auxiliar de Enfermagem | D |
| Desenhista Desenhista Especializado Desenhista Rodoviário Especializado | 13, 14, 15, 17 18, 19 19, 20, 21, 22, 23 | Desenhista | E |
| Fotógrafo Repórter Fotográfico | 12, 13, 14, 15 17, 18 | Fotógrafo | D |
| Inspetor de Pesos e Medidas Metrologista Técnico em Metrologia | 15, 17, 19 11, 12, 13 14, 16, 18 | Inspetor de Pesos e Medidas | F |
| Inspetor de Saneamento | 16, 17, 18 | Inspetor de Saneamento | F |
| Analista Analista de Material Biológico Analista de Produtos Químicos Hidrologista Inspetor Hidrologista Laboratorista Manipulador Oficial de Farmácia Técnico de Laboratório Técnico de Material Biológico Técnico de Produtos Químicos Técnico em Tratamento de Água Técnico Químico Tecnologista Tratador de Água | 11, 12 13, 14, 15, 16, 17 13, 14, 15, 16, 17 16, 18 20, 21, 22, 23 13, 14, 15, 16, 17 9, 10 10, 12, 13, 14 15, 19, 20, 21, 22, 23 19, 20, 21, 22, 23 19, 20, 21, 22, 23 21 22, 23 16 12, 17, 18, 19 | Laboratorista | E |
| Analista de Material Rodoviário Analista de Solos Sondador Técnico de Solos Técnico em Sondagem | 13, 14, 15, 16, 17 13, 14, 15, 16, 17 12, 13, 14, 15, 17 19, 20, 21, 22, 23 20, 21, 22, 23 | Laboratorista de Solos | E |
| Operador de Raios X | 12, 13, 14 | Operador de Raios X | D |
| Auxiliar de Produtor Radiofônico | 10 | Operador de Som | B |
| Técnico de Artes Gráficas | 17, 18, 19 | Técnico em Artes Gráficas | F |
| Radiotelegrafista | 15, 16, 17 | Técnico em Manutenção Eletrônica | E |
| Técnico de Raios X | 15, 17, 18 | Técnico de Raios X | E |

ANEXO III
TABELA DE CORRELAÇÃO DE CARGOS
GRUPO -- A -- Administrativo

| SITUAÇÃO ATUAL | | SITUAÇÃO NOVA | |
|---|---|---------------------------|--------|
| CLASSE | NÍVEL | CATEGORIA FUNCIONAL | PADRÃO |
| Assistente de Divulgação Oficial de Administração Revisor Calculista | 15, 16, 17, 18 19, 20, 21, 22, 23 19, 20, 21, 22, 23 | Assistente Administrativo | F |
| Auxiliar de Estatística Auxiliar de Serviços Profissionais Escriturário Inspetor de Trânsito Lançador Técnico de Mecanização Técnico em Meteorologia | 12 18 13, 14, 15, 16, 17 16, 17, 18, 19, 20 19 15, 17, 19 15, 17, 19 | Auxiliar Administrativo | D |
| Arquivista Auxiliar de Biblioteca Auxiliar de Escritório Calculista Auxiliar Censor Correntista Datilógrafo Mensageiro Meteorologista Revisor Técnico Auxiliar de Mecanização | 10, 11, 12, 13 10 12 11 18 10, 13, 14, 15 10, 11, 12 4 11, 12, 13 16, 17, 18 10 | Auxiliar de Escritório | C |
| Calculista Auxiliar Calculista de Medição Rodoviária | 14, 15, 16, 17, 18 19, 20, 21, 22, 23 | Calculista de Medição | E |
| Contabilista | 19, 20, 21, 22, 23 | Técnico de Contabilidade | G |
| Telefonista | 8, 9, 10 | Telefonista | B |

ANEXO III

TABELA DE CORRELAÇÃO DE CARGOS

GRUPO — G — Serviços Gerais

| SITUAÇÃO ATUAL | | SITUAÇÃO NOVA | |
|--|---|--------------------------------|--------|
| CLASSE | NÍVEL | CATEGORIA FUNCIONAL | PADRÃO |
| Artífice | 14, 15, 16 | Artífice | B |
| Ascensorista | 5, 6 | Ascensorista | A |
| Atendente Atendente Sanitário | 8, 9, 10, 11, 12 8, 9, 10, 11, 12 | Atendente de Saúde | C |
| Auxiliar de Artes Gráficas Encadernador Impressor Linotipista Tipógrafo Paginador | 13, 14, 15, 16 14, 15, 16 14, 15, 16 14, 15, 16 14, 15, 16 | Auxiliar de Artes Gráficas | B |
| Auxiliar de Artífice | 9, 11, 12, 13 | Auxiliar de Artífice | A |
| Manobreiro Interno Montador de Linhas Férreas Portuárias | 16, 17, 18, 19, 20 20 13 | Auxiliar de Manobras | B |
| Abridor Agente Rural Auxiliar Meteorológico Auxiliar Técnico de Medição de Campo Carreiro Carvoeiro Guarda Rural Guarda Vida Mestre Arrais Moço de Convés Operário Rural Operário Braçal Trabalhador Trabalhador Rodoviário | 12, 14 13, 14, 15 8 13 5 15, 16, 17 9, 10, 11 13 18, 19, 20, 21 12, 13, 14 6 1, 2, 3 4, 5, 6 4, 5, 6 | Auxiliar de Serviços Gerais | A |
| Agente de Medição de Campo Técnico de Medição de Campo Técnico de Medição Rodoviária | 15, 16, 17, 18 15, 16, 17, 18 19, 20, 21, 22, 23 | Auxiliar Técnico de Topografia | D |
| Guarda de Trânsito | 12, 13, 14, 15, 16 | Auxiliar de Trânsito | D |
| Capataz Capataz Auxiliar Rodoviário Capataz Rodoviário Classificador de Produtos Feitor Inspetor Rural | 11, 12, 13 8, 9, 10, 11 12, 13, 14, 15, 16 14, 7, 8, 9 17, 18, 19 | Capataz | C |

ANEXO III

| SITUAÇÃO ATUAL | | SITUAÇÃO NOVA | |
|--|---|--------------------------------|--------|
| CLASSE | NÍVEL | CATEGORIA FUNCIONAL | PADRÃO |
| Conferente Portuário | 19, 20, 21, 22, 23 | Conferente Portuário | E |
| Guarda de Presídio | 11, 12, 13, 14 | Guarda de Presídio | C |
| Guardião Guardião Abastecedor | 5, 6, 7 8, 9, 10, 11 | Guardião | A |
| Guarda Escolar Inspetor de Alunos | 11, 12, 13, 14 11, 12, 13 | Inspetor de Alunos | B |
| Inspetor de Presídio | 15, 16, 17, 18 | Inspetor de Presídio | D |
| Condutor Motorista Marinheiro Mestre de Pequena Cabotagem | 17, 18, 19 13, 14, 15, 16, 18 20, 21, 22, 23 | Maquinista de Embarcações | E |
| Inspetor de Equipamento Rodoviário Mestre de Oficinas Técnico de Equipamento Rodoviário Técnico em Instalações Hidráulicas | 16, 20, 21, 22, 23 20, 21, 22 16, 17, 18, 19 20 | Mecânico de Equipamento Pesado | F |
| Administrador de Obras Agente Rodoviário Fiscal de Obras Inspetor de Obras Mestre de Obras | 14, 15, 16, 17 17, 18, 19, 20 15, 16, 17, 18 19, 20, 21, 22, 23 14 | Mestre de Obras | F |
| Mestre de Ofício | 17, 18, 19 | Mestre de Ofício | D |
| Auxiliar de Atividades Marítimas Motorista Motorista Auxiliar | 17, 19, 20 12, 13, 14, 15, 16 9, 11 | Motorista | C |
| Maquinista de Ferrovia Portuária Operador de Carga e Descarga Operador de Equipamento de Carga e Descarga Operador de Equipamento Pesado Operador de Equipamento Rodoviário Técnico de Operação e Manutenção Técnico de Perfuração de Poços Artesianos Técnico de Usina de Asfalto e Pista Técnico de Usina Tratorista | 17, 18, 19, 20 12, 14 21 13, 15 13, 15, 17, 19, 20 19, 20, 21, 22, 23 19 16, 17, 18, 19, 20 19, 20, 21, 22, 23 9, 10, 11, 12 | Operador de Equipamento Pesado | D |
| Auxiliar de Portaria Porteiro | 9, 10 11, 12, 13 | Porteiro | A |
| Auxiliar de Serviços Diveros Cozinheiro de Bordo Serviçal Servente Servente Recuperador Zelador | 4 13, 14, 15 8, 9 5, 6, 7, 8 11 1, 2, 3, 4 | Servente | A |

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 156/80, (Mens. Govern. n.º 72/80), que autoriza o Poder Executivo a proceder permuta da área que especifica, parte de propriedade do Estado e parte do patrimônio da autarquia Departamento de Estradas de Rodagem, pela área, também especificada, de propriedade da Rede Ferroviária Federal S/A, na sede do Município de Andirá. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 156/80**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo, autorizado a permutar a área de terreno com 19.625,00 metros quadrados adquirida pelo Estado do Paraná e pelo Departamento de Estradas de Rodagem, conforme transcrições de nºs 3.664, do Livro 3-D, fls 251; 4.495, Livro 3-F, fls 220/21 e 5.344 do Livro 3-G, fls 184 do Registro de Imóveis da Comarca de Andirá, pela área de terreno com 24.210,00 metros quadrados, pertencente a Rede Ferroviária Federal S.A., situadas no perímetro urbano da sede do Município de Andirá.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;
TRAJANO BASTOS, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 157/80, (Mens. Govern. n.º 70/80), que autoriza o Poder Executivo, doar o imóvel que especifica, de propriedade do Estado, à Filarmônica Antoninense, Associação Civil de Utilidade Pública, com sede e foro na Cidade de Antonina. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 157/80**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à FILARMÔNICA ANTONINENSE, Associação Civil de Utilidade Pública com sede no Município de Antonina, o imóvel constituído pelo terreno situado à Rua Coronel Marçalo, esquina com a Rua Dr. Bruno, com a área total de 387,50 m2, contendo edificado sobre o mesmo um prédio em alvenaria, com 120,00 m2, de propriedade do Estado do Paraná, conforme Matrícula n.º 1.143, de 13 de agosto de 1.980 do Registro de Imóveis da Comarca de Antonina.

Art. 2.º — O imóvel objeto da doação de que trata o artigo anterior, somente poderá ser utilizado para os fins previstos no estatuto da FILARMÔNICA ANTONINENSE, não podendo em qualquer tempo ser transferido para terceiros, ou utilizado para outros fins, sob pena de reversão do mesmo ao patrimônio do Estado, independentemente de qualquer interposição ou notificação.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;
TRAJANO BASTOS, Relator.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 158/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 69/80), que altera dispositivos da Lei n.º 5.515, de 15 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a estrutura do Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A - BADEP. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.C., por unanimidade. — **COM EMENDA DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA.**

Em votação a Emenda n.º 1, de autoria do Sr. Deputado

Erondy Silvério e demais Srs. Deputados. — **Aprovada.**
Em votação o projeto. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 168/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 75/80), que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Paranaguá, o imóvel que especifica, de propriedade do Estado, situado na sede do referido Município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 66/80, oriundo de Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 67/80, (Mens. Govern. n.º 76/80), que aprova o Termo de Convênio SELP n.º 156, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e o Município de Adrianópolis, objetivando a compra e distribuição de uniformes e material escolar para alunos das primeiras séries do ensino de primeiro grau. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 67/80, oriundo de Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 68/80, (Mens. Govern. n.º 77/80), que aprova o Termo de Convênio SELP n.º 126, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e a Fundação Projeto Rondon, visando ao estabelecimento de mútua colaboração no desenvolvimento de programas de interesses do Estado e de seus municípios. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 68/80, oriundo de Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 69/80, (Mens. Govern. n.º 78/80), que aprova os Termos Aditivos e Convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os municípios aqui nominados, que objetiva a construção de prédios destinados às Delegacias de Polícia. CIRETRANS e Cadeias Públicas, nas sedes dos citados municípios. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 69/80, oriundo de Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 70/80, (Mens. Govern. n.º 79/80), que aprova os Termos Aditivos celebrados entre o Estado do Paraná e os Municípios de São Jorge do Ivaí e Tuneiras do Oeste, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, na sede dos citados municípios. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 73/80, oriundo de Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 71/80, (Mens. Govern. n.º 81/80), que aprova os convênios de cooperação e compromisso, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios de Palmeira e Imbituva, objetivando a construção do terminal rodoviário de passageiros nas sedes dos citados municípios. — **Aprovado.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 75/80, oriundo de Parecer aprovado por maioria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 43/80, (Mens. Govern. n.º 38/80), que aprova o Convênio n.º 43/80, de Cooperação Técnica Financeira celebrado entre o Estado do Paraná, através de Órgãos que especifica, objetivando a elaboração, pela Universidade, de pesquisa de opinião a fim de levantar as necessidades da Comunidade e identificar as lideranças formais e informais em todo o Estado do Paraná, com vistas a uma administração participativa. — **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Du-

mont, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações aos Doutores Pedro Ribeiro Tavares e Wagner D. Giglio, pela posse nos cargos de Presidente e Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho - 9a. Região/PR-SC.— **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e demais autoridades, encarecendo seja implantado um Posto Policial no Conjunto Residencial Santa Efigênia.— Em discussão.

O SR. RENATO BERNARDI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Presidente da República, Ministro dos Transportes, Governador do Estado e Secretário dos Transportes, encarecendo para que envidem esforços no sentido de que seja duplicada a BR-277, a partir do km 565 até o km 604.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro da Justiça, encarecendo a liberação da música "A moda das línguas", gravada pelo cantor Natinho.— **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando voto de congratulações, pelo lançamento do compacto duplo "Sinfonia Paraná", do cantor Natinho.— Em votação.

O SR. MÁRIO CELSO — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Realmente ficou curiosa a situação. Instantes atrás o Deputado Gabriel Sampaio entrou com um requerimento apelando ao Sr. Ministro da Justiça para que ele libere a música. Agora, outro requerimento, congratulando-se com o lançamento do disco.

Nós apenas queremos esclarecer para quem está acompanhando, através dos autofalantes da Assembléia Legislativa, é que realmente aconteceu o lançamento desse disco, no Clube Literário do Portão e o disco, aliás muito bem gravado, um disco exaltando as coisas da nossa terra.

Mas uma das músicas, - porque o disco não contém só uma música -, mas uma delas, foi censurada.

A Polícia Federal recolheu, deu ordem de apreensão a este disco, porque uma das músicas foi censurada.

O Deputado Gabriel Sampaio, então apela ao Sr. Ministro da Justiça para que seja liberada esta música.

É o apelo dos mais justos, porque realmente a música não contém nada que venha a atentár contra a moral e os bons costumes.

Então, nós estranhamos até, tantas outras músicas realmente de péssima qualidade, estão hoje sendo apresenadas, em rádio e televisão e, no entanto, esta música, que é música do Paraná, que é coisa nossa, foi censurada sem maiores explicações.

Então acho justo o apelo, por isso votei a favor do requerimento do Deputado Gabriel Sampaio, como voto a favor deste requerimento, porque é algo do Paraná; é algo muito nosso, é um lançamento "Sinfonia Paraná" que representa bastante

para a nossa gente.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Continua em votação.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública e ao Prefeito Municipal de Curitiba, em forma de apelo no sentido de que os inspetores de tráfego permitam o estacionamento de motocicletas entre os automóveis acostados nas vias públicas, bem como sobre a extremidade dos passeios, em todo o perímetro urbano.— Em discussão.

O SR. MÁRIO CELSO — (Para encaminhar a votação) — Sr. Presidente, gostaria só de dizer que a Prefeitura anunciou a anistia para as multas, mas na verdade a anistia do problema dos vinte por cento.

São aqueles motoristas que estacionam num ponto, onde já tem a lotação esgotada.

Eles não podem estacionar, digamos é ponto livre para 4 automóveis.

Então não pode passar daquilo. E quando supera esta marca, então são multados.

Esta multa, esses vinte por cento vão ser abonados, anistiados, as demais parece-me que não.

Agora, houve um caso, inclusive, que cito no requerimento, de um motorista ter 17 multas, ao que me consta, dá oito mil e quinhentos cruzeiros.

Então, essa família, naturalmente, vai ser totalmente prejudicada, e esse motorista, então, não pode nem recorrer à Prefeitura quando foi expedida esta multa.

Por isso, estamos pedindo anistia total. Não estamos impondo, estamos apenas sugerindo, já que cabe ao Sr. Prefeito Municipal, através do seu bom-senso, através de seus argumentos lógicos que terá, anistiar ou não os motoristas dessa multa.

É o nosso apelo, e ficamos felizes, porque entendemos que os demais companheiros já estão também entendendo esta situação dos motoristas profissionais.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Continua em votação.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, sugerindo a adoção de programa que possa anistiar as multas impostas contra os motoristas de táxi.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvrio, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, consubstanciado em apelo para que sancione a emenda aprovada pela Câmara Municipal, que mantém em dois por cento a alíquota do Imposto Sobre Serviços incidente sobre propaganda.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministro da Fazenda, Ministro do Planejamento, Ministro da Indústria e Comércio e outras autoridades, encarecendo a redução imediata do Imposto Sobre Operações Financeiras, incidente sobre operações bancárias, destinadas à empresas em geral.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministro da Fazenda e Planejamento, encarecendo, em nome da Associação Comercial de Londrina, a

Curitiba, segunda, 15/12/80.

imediate revisão do percentual de reajuste da tabela progressiva do Imposto de Renda para o ano de 1981.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando voto de aplauso pela passagem do 28.º aniversário do Município de Alvorada do Sul.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando voto de aplausos aos integrantes da chapa "Família Moniquense" vencedora das eleições democráticas realizadas no Santa Mônica Clube de Campo.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo informações e tomada de medidas cabíveis em caráter de urgência visando o retorno da segurança e tranqüilidade ao Município de Nova Aurora.— Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 16, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 65/80.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 75/80.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 53/78, 06, 166, 167, 182, 183, 184, 185 e 186/80.

Levanta-se a sessão.